


Teorias de Relações Internacionais como instrumentos de dominação: uma análise crítica ao (neo)realismo e caminhos para a transformação do campo

 <https://doi.org/10.47236/2594-7036.2025.v9.1796>

Heitor Novelini da Cruz¹

Data de submissão concluída: 16/7/2025. Data de aprovação: 25/9/2025. Data de publicação: 10/10/2025.




Resumo – As teorias de Relações Internacionais ganharam espaço de maneira particular na conjuntura do período pós-guerra e durante a Guerra Fria, refletindo uma busca incessante pela autonomia do campo e por sua distinção no âmbito acadêmico. Nesse momento, houve um ganho significativo de relevância para as teorias de caráter realista, que se tornaram dominantes. Essas teorias, contudo, não apenas oferecem uma interpretação sobre as relações internacionais, mas também as moldam com a finalidade de legitimar relações hegemônicas de dominação, em grande parte fundamentadas no poder, que privilegiam aquelas que reconhecemos como potências hegemônicas, sendo a principal delas os Estados Unidos. A presente pesquisa propõe-se a questionar criticamente a utilização instrumental dessas teorias *mainstream* para demonstrar como elas reforçam e perpetuam estruturas de poder globais desiguais e injustas. Além de examinar as limitações e incoerências do realismo, exploramos alternativas teóricas, como as abordagens críticas em Relações Internacionais, que não se contentam com a mera descrição e reprodução das relações de poder, mas buscam compreender suas origens e consequências de modo a viabilizar empreitadas de mudança. Ao final, este estudo visa contribuir para possibilidades de transformação no campo de Relações Internacionais.

Palavras-chave: Hegemonia. Relações Internacionais. Teoria crítica.

International Relations Theories as instruments of domination: a critical analysis of (neo)realism and paths for the transformation of the field

Abstract – International Relations theories gained particular prominence in the post-war and Cold War periods, reflecting a persistent quest for autonomy and distinction within the academic realm. During this moment, realist theories notably rose to dominance, offering interpretations of international relations while simultaneously shaping and legitimizing hegemonic relations of domination, predominantly underpinned by power dynamics favoring recognized hegemonic powers, notably the United States. This research critically examines the instrumental use of these mainstream theories to illustrate how these theories reinforce and perpetuate unequal and unjust global power structures. In addition to scrutinizing the limitations and inconsistencies of realism, alternative theoretical approaches, such as critical perspectives in International Relations, are explored. These alternatives go beyond mere description and reproduction of power relations to interrogate their origins and consequences, thereby facilitating avenues for change. The study is structured into three main sections: an introduction to the field of International Relations and its challenges, a detailed exploration of critical theory as a counterpoint to realism, and a specific analysis of (neo)realist assumptions and their contemporary implications. Ultimately, this study aims to contribute for possibilities of transformation within the discipline of International Relations.

Key-words: Critical theory. Hegemony. International Relations.

¹ Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.  heitordacruz@gmail.com  <https://orcid.org/0009-0004-0833-9081>  <http://lattes.cnpq.br/7546739120657301>

Teorías de Relaciones Internacionales como instrumentos de dominación: un análisis crítico al (neo)realismo y caminos para la transformación del campo

Resumen – Las teorías de Relaciones Internacionales adquirieron una relevancia particular en el contexto del período de posguerra y durante la Guerra Fría, reflejando una búsqueda persistente de autonomía del campo y distinción dentro del ámbito académico. En ese momento, las teorías de carácter realista ganaron una importancia significativa y se tornaron dominantes. Sin embargo, dichas teorías no solo ofrecen una interpretación sobre las relaciones internacionales, sino que también las moldean con el propósito de legitimar relaciones hegemónicas de dominación, en gran medida fundamentadas en el poder, que privilegian a aquellas que reconocemos como potencias hegemónicas, siendo la principal de ellas los Estados Unidos. La presente investigación se propone cuestionar críticamente la utilización instrumental de estas teorías dominantes para demostrar cómo refuerzan y perpetúan estructuras globales de poder desiguales e injustas. Además de examinar las limitaciones e incoherencias del realismo, se exploran alternativas teóricas, como los enfoques críticos en Relaciones Internacionales, que no se conforman con la mera descripción y reproducción de las relaciones de poder, sino que buscan comprender sus orígenes y consecuencias a fin de posibilitar procesos de cambio. En última instancia, este estudio pretende contribuir a las posibilidades de transformación en el campo de las Relaciones Internacionales.

Palavras-clave: Hegemonía. Relaciones Internacionales. Teoría crítica.

Introdução

O desenvolvimento do campo de Relações Internacionais (RI) e suas respectivas teorias se intensificou na conjuntura do pós-guerra, tendo adquirido grande expressão no contexto da Guerra Fria. Entre os esforços para estabelecer a autonomia da área e sua distinção em relação a outras disciplinas acadêmicas, foi-se consolidando um predomínio das teorias de origem realista, que não apenas moldaram as percepções sobre as relações entre os Estados, mas também desempenharam papel substancial na legitimação de certos arranjos de poder no sistema internacional. Assim, desde suas origens, as teorias de RI têm sido um terreno fértil para a articulação de consensos enviesados e parciais, que servem como instrumentos de dominação e hegemonia no cenário global. Este trabalho se propõe a explorar essa dinâmica, questionando a utilização de teorias de RI como veículos de dominação por parte das potências hegemônicas – em especial o *hegemon* Estados Unidos – com foco particular no papel do paradigma realista.

O realismo, especialmente na sua vertente neorrealista, emergiu como uma teoria dominante ao apontar uma anarquia no sistema internacional e a racionalidade do poder como principal motivação dos Estados. Tais características atuam no sentido de ocultar o ordenamento hierárquico do sistema internacional. A análise aqui proposta destaca não somente a funcionalidade teórica do (neo)realismo, mas também seu papel na construção e manutenção de consensos ideológicos que legitimam práticas imperialistas. Sendo assim, valemo-nos de autores como Guilhot (2011), Vitalis (2015) e Zalewski (1996) para constituir uma base crítica com o intuito de esclarecer a forma como essas teorias *mainstream* justificam e perpetuam estruturas repletas de disparidades, conservando o *status quo*. Em seus respectivos textos, os autores resgatam a origem do campo de Relações Internacionais e questionam a validade de certos princípios em um contexto mais atual, fornecendo um bom pano de fundo para a análise proposta.

Além disso, exploraremos alternativas teóricas que se contrapõem ao realismo – como as abordagens críticas em RI, que buscam ir além de entender as relações internacionais como elas são e questionam sua origem e as consequências dessas relações. A teoria crítica representa um

possível ponto de partida para repensar o internacional, tendo em Cox (1981, 1983) e Linklater (2007) alguns de seus expoentes mais proeminentes. Valer-se desta teoria contribui para construir uma abordagem que não se limita à aceitação passiva da ordem existente, mas que busca transformá-la através de uma análise mais reflexiva e engajada. De forma mais clara, nos propomos a investigar a seguinte problemática: como as teorias de Relações Internacionais, particularmente o realismo e o neorrealismo, têm sido utilizadas como instrumentos ideológicos para legitimar formas de dominação e hegemonia no sistema internacional? Não obstante, como as abordagens críticas de RI nos oferecem alternativas para contestar e desconstruir essas narrativas dominantes, promovendo uma reflexão mais densa sobre as estruturas de poder no âmbito internacional?

Para tanto, partimos da hipótese inicial de que as teorias *mainstream* se valem de pressupostos que, ao serem tomados como válidos, constroem uma percepção deturpada do “mundo real” que obscurece as relações de dominação e validam sua reprodução. Consequentemente, usufruir de diferentes pressupostos nos permite sair da “caixa escura” do realismo, enxergando o sistema internacional e suas relações de uma outra forma e viabilizando uma interpretação mais crítica e cética quanto à inviabilidade de mudanças. No limite, as alternativas teóricas apresentadas buscam demonstrar a possibilidade e a necessidade de se pensar em mudanças no que concerne ao desenvolvimento teórico na área de RI. Com essa finalidade, estruturamos o trabalho em três seções, para além desta introdução, que serão mais bem explicadas a seguir.

A primeira seção tem por intuito fornecer um panorama geral acerca do desenvolvimento do campo de Relações Internacionais e as problemáticas nele existentes, construindo um arcabouço sólido para que se possa, posteriormente, realizar uma crítica aos pressupostos (neo)realistas por meio da teoria crítica. A segunda seção é organizada de modo a discorrer mais precisamente sobre esta teoria crítica, elencando características fundamentais para repensar as teorizações de RI e desmistificar certos consensos estabelecidos. A terceira seção visa elencar alguns pressupostos (neo)realistas básicos e, sob a luz do que foi exposto anteriormente e as problemáticas acarretadas por esses pressupostos, tecer problematizações e reflexões necessárias para a atualidade do campo. Por fim, articulamos nossas considerações finais a fim de amarrar a argumentação proposta durante todas as seções.

Para tanto, a primeira seção será guiada por uma abordagem metodológica histórico-descritiva, valendo-se de revisões bibliográficas para discutir a origem do campo de Relações Internacionais e da formação “mitológica” dos Estados Unidos. A segunda seção utiliza os mesmos procedimentos metodológicos, estabelecendo por sua vez alguns fundamentos principais da teoria crítica em RI, visando preparar os alicerces para a análise a ser realizada em seguida. Finalmente, a terceira seção se vale de uma abordagem teórico-conceitual nos moldes de Fearon (1995), pois se baseia em uma combinação de raciocínio lógico-dedutivo e modelagem teórica para construir uma explicação conceitual sobre os problemas do realismo e as possíveis alternativas. Espera-se que esta pesquisa possa servir de base para uma nova forma de pensar o campo de Relações Internacionais.

O desenvolvimento do campo de RI e a utilização da teoria como instrumento de dominação

No que concerne ao avanço do campo de Relações Internacionais, notamos que uma característica central a figurar na transição para o cenário contemporâneo foi a busca incessante de diversos pesquisadores por um elemento que trouxesse autonomia para a área. Nesse ímpeto, o desenvolvimento das chamadas “teorias” de Relações Internacionais teve sua trajetória traçada de forma consonante à busca por um caráter emancipatório, que fosse capaz de distinguir o campo das demais áreas de estudo como Economia, Direito, Física, entre outras. Tendo como base esse intuito, os debates relacionados às teorias de RI passaram a tomar como

pressuposto – ao menos entre aquelas teorias que serão posteriormente conhecidas como *mainstream*² – a separação entre a esfera política e as demais nas investigações acerca do internacional (Guilhot, 2011; Vitalis, 2015).

Portanto, a peculiaridade das análises próprias do campo de Relações Internacionais seria a política, esfera que funcionaria a partir de uma lógica própria e intrinsecamente diferente das investigações “puramente econômicas”³, para fins de exemplificação. No ano de 1954, foi realizada pela Rockefeller Foundation⁴ uma conferência cujo objetivo era mapear e atualizar o pensamento de RI na conjuntura em questão, momento em que a busca por autonomia se traduziu em um ganho substantivo de relevância para a teoria conhecida como “realista” (Guilhot, 2011). Apesar de possuir uma série de vertentes, cada uma com suas especificidades, existe um paradigma⁵ realista que se mantém coeso e faz com que essas capilaridades compartilhem uma estrutura comum que engloba a valorização do espectro político, a apreensão de um ordenamento anárquico do sistema internacional e a tendência a um comportamento oposto à cooperação (Morgenthau, 2003; Waltz, 1979).

Logo, é diante desse cenário de afirmação do campo que, em conformidade com Guilhot (2001, p. 1, tradução nossa), “a necessidade de desenvolver uma teoria distinta de relações internacionais tomou forma, estabelecendo as fundações para a disciplina que conhecemos como RI”. Por intermédio dessa afirmação, podemos compreender a ascensão do realismo como teoria predominante na medida em que atendia à exigência da conjuntura, isto é, fornecia as particularidades almejadas para a distinção da área. Contudo, o que colocamos em pauta é um questionamento acerca da validade dos pressupostos estabelecidos nesse momento no cenário contemporâneo, valendo-nos majoritariamente da interpretação de que a teorização de RI, nesse aspecto, pode ser utilizada como uma ideologia de controle que legitimaria certas práticas de caráter imperialista (Carr, 1981; Vitalis, 2015).

Nos debates relacionados à teoria, um dos pontos principais é sua utilidade, mais precisamente para que ela serve e a quem ela atende. Conforme argumenta Cox (1981, 1983), toda teoria é feita para algo ou para alguém. Nessa seara, convém valer-se das contribuições de Zalewski (1996) sobre a utilização de teorias; conforme a autora, uma teoria pode adquirir três funções: a de ferramenta, a de crítica e a de prática do cotidiano. Ao tratar do (neo)realismo enquanto teoria *mainstream* e legitimadora de um consenso hegemônico em nível internacional, entendemos que esses teóricos se valem da teoria enquanto ferramenta para atribuir significados a eventos do mundo real, tomando-o como dado e assumindo relações imperialistas como intrínsecas a essa estrutura (Cox, 1981, 1983; Zalewski, 1996).

Aqui, a ideologia tal qual trabalhada por Gramsci adquire importância, visto que a produção de um consenso que legitime a perpetuação de uma determinada hegemonia se apresenta como objetivo, enquanto a teoria se revela como um instrumento, um veículo para alcançar esse propósito. Tomando como referência a posição hegemônica dos Estados Unidos, notamos que há um mito construído em torno da formação do país, bem como nas teorizações a respeito de suas relações internacionais (Cox, 1983; Karnal *et al.*, 2007; Vitalis, 2015; Zalewski, 1996). Esses mitos são responsáveis por “produzir uma consciência comum e

² Esse termo está, por óbvio, sujeito à interpretação. Vitalis (2015) sugere três teorias principais e “rivais” entre si: realismo, liberalismo e construtivismo. Aqui, tomamos o realismo como teoria *mainstream* no campo de RI, sendo seus pressupostos os mais utilizados para corroborar determinadas interpretações sobre o internacional.

³ Esse termo faz sentido sob o olhar do paradigma realista, em que existe uma divisão delimitada entre política e economia. Ao adotar um prisma analítico mais crítico, o que buscamos fazer no presente trabalho, podemos nos valer do marxismo para compreender que essa separação não é tão simples, talvez impossível, dado o nível de complexidade e sobreposição dessas duas esferas.

⁴ Para mais detalhes sobre essa instituição, ver Guilhot (2011).

⁵ Entendemos como paradigma um conjunto de valores, percepções e comportamentos compartilhados que antecedem o conceito, fazendo com que teóricos, ainda que em vertentes diferentes, consigam produzir de forma coerente a certos pressupostos.

obscurer a existência de hierarquia” (Vitalis, 2015, p. 5, tradução nossa), o que significa que, no limite, a deturpação da história das relações internacionais estadunidenses carrega a pretensão de omitir essa estrutura hegemônica, de modo que a teoria de RI – mais precisamente a realista – serve a essa causa (Cox, 1983; Vitalis, 2015; Zalewski, 1996).

É de praxe que o argumento de que essas teorias reproduzem uma certa estrutura desigual seja frequentemente rebatido por autores realistas, que buscam se isentar da moralidade e da construção de consensos munidos de juízo de valor. Entretanto, essa tentativa de se esquivar da moralidade pode ser contraposta à visão de que existe, na verdade, um papel atribuído à ética nessas teorias. Na verdade, é justamente através da apreensão de que o realismo se apoia em cálculos morais que podemos compreender de forma mais apurada o consenso hegemônico produzido, uma vez que a moralidade cobre os limites da razão (Guilhot, 2011).

Dessa forma, após uma interpretação mais cautelosa que remonta ao realismo dos anos pós-guerra, Guilhot (2011, p. 6, tradução nossa) atesta que esse paradigma “é, em seu cerne, um discurso moral”. Assim, a reprodução de um determinado ordenamento se relaciona com a construção de uma ideologia, na qual o desenvolvimento de uma teoria foi de suma importância para coordenar e controlar o desenrolar das relações internacionais e de seu respectivo campo de estudo (Cox, 1981, 1983; Zalewski, 1996). Uma vez que a área de RI observou avanços, absorveu também um argumento moral de que os Estados Unidos foram incumbidos pela própria história de certos “papéis”, legitimando ações pautadas em seus interesses nacionais (Guilhot, 2011).

Avançando na conjuntura pós-guerra e adentrando mais propriamente no âmbito da Guerra Fria, esse processo se corrobora novamente, uma vez que a disciplina se consolidou na literatura como um campo de identidade própria, muito por conta da conferência realizada pela Rockefeller Foundation citada anteriormente. A Guerra Fria foi, nesse contexto, a justificativa de que a disciplina precisava para conseguir se autonomizar, trazendo consigo as teorizações responsáveis por absorver os mitos e legitimar, dessa forma, o imperialismo estadunidense. Nesse ponto, comenta-se sobre uma possível “ignorância intencional” dos acadêmicos de RI no país em questão, visto que absorvem os mitos ideológicos ao mesmo tempo que negam adotar essa posição (Guilhot, 2011).

Esses mitos, absorvidos pelas teorias e pela ideologia consensual do campo de Relações Internacionais, perpassam a própria historiografia constituinte dos Estados Unidos e são verificados desde a origem do povoamento de seu território. Os colonos anglo-americanos, frequentemente idealizados como corajosos e valentes, utilizaram da violência para massacrar os nativos e tomar à força o território da América do Norte. Dito isso, é importante destacar que as políticas adotadas pelos colonos e posteriormente pelo território reconhecido como Estados Unidos refletem, além de um caráter racista, um caso de colonialismo. Vale destacar que a colonização da América do Norte representa um caso particular de colonização de povoamento, colocando em pauta a importância da terra para a sobrevivência e a forma como esta passou a ser disputada com povos indígenas (Dunbar-Ortiz, 2014; Karnal *et al.*, 2007).

Os imigrantes que chegaram à América do Norte eram indivíduos sem recursos, alguns em regime de servidão temporária⁶, de modo que esse território conhecido como Novo Mundo atuou como um “receptáculo de tudo o que a metrópole não desejasse” (Karnal *et al.*, 2007, p. 37). Ademais, a colonização da América do Norte foi menos planejada do que a da América do Sul, e o fato de a Inglaterra não se envolver tão diretamente como Portugal e Espanha possibilitou aos colonos maior autonomia tanto antes quanto após a guerra de independência, o que acabou por facilitar a atuação desses novos “donos da terra” que vieram para o território norte-americano (Dunbar-Ortiz, 2014; Karnal *et al.*, 2007).

⁶ Nesse tipo de regime, os homens tinham a passagem paga para os Estados Unidos e, uma vez lá, precisavam retribuir servindo a pessoa por um tempo (Karnal *et al.*, 2007).

Além do mito fundacional do país, a literatura historiográfica mais crítica aponta para a existência do “mito do excepcionalismo americano”, em que se infere uma postura cética quanto à superioridade intrínseca dos Estados Unidos que se estende até os dias de hoje e que também é englobada pelas teorizações imperialistas. Nesse ponto, denota-se uma ideologia pautada em uma suposta vocação divina e inerente do povo americano para guiar a humanidade rumo aos princípios moralmente bons e prósperos. Essa perspectiva é constantemente reforçada pelos líderes do país, além de ser um elemento muito explorado nas campanhas eleitorais. O presidente Obama, ao chegar ao poder, foi criticado por ter um olhar mais cético em relação a esse panorama – apesar de não descredibilizá-lo por completo (Walt, 2011).

Ao estabelecer cinco mitos principais⁷ sobre o excepcionalismo americano, Walt (2001) atribui luz à importância da ideologia e do papel instrumental da teoria enquanto forma de validação de relações internacionais de caráter imperialista. Sumarizando a discussão realizada por ele, destacamos a compreensão de que existe um imaginário segundo o qual os Estados Unidos seriam uma nação superior, encarregada de tratar da “civilização” das outras regiões, o que em última instância serve – e serviu – como pretexto para legitimar pretensões nacionais imperialistas. Essa concepção também é atrelada à esfera teológica, em que se clama uma validação divina para a reprodução do caráter imperialista estadunidense nas relações internacionais.

Tendo como base esses elementos históricos, podemos apreender a maneira como a teoria serve a propósitos de uma determinada classe e grupo, de modo que, como buscaremos verificar, a teoria (neo)realista – que tomamos como *mainstream* – se torna um instrumento da dominação hegemônica estadunidense nas relações internacionais. Portanto, após traçar um panorama acerca do desenvolvimento da disciplina de RI, somado a uma breve contextualização descritiva sobre a formação do *hegemon* reprodutor do consenso ideológico em questão, é necessário avançar para uma sumarização de uma teoria crítica de Relações Internacionais, a fim de consolidar uma base teórica que seja capaz de empreender uma análise cética quanto aos pressupostos (neo)realistas em momento posterior.

Fundamentos da teoria crítica e bases para a problematização do internacional

Diante do cenário apresentado, convém apresentar alguns fundamentos da teoria crítica de Relações Internacionais a fim de constituir bases substanciais para a abordagem crítica pretendida em seguida. Entre os autores desta vertente, destaca-se a atuação fundamental de Cox (1981)⁸. Mencionou-se anteriormente que o paradigma realista tende a utilizar a teoria como uma ferramenta, ou seja, um instrumento de legitimação ideológica por intermédio do qual se cria um senso de necessidade de manutenção do *status quo* (Zalewski, 1996). Com isso, cria-se a percepção de impossibilidade de modificações na estrutura, sendo necessário aceitá-la como é, independentemente de juízos de valor. O realismo age dessa forma majoritariamente através dos debates sobre o poder, conservando uma estrutura de dominação dos países ricos e brancos no sistema internacional (Vitalis, 2015; Zalewski, 1996).

Como indicado pelo nome, a teoria crítica se propõe a ir além da utilização instrumental de uma teoria para usufruí-la como uma crítica. Essa segunda categorização elencada por Zalewski (1996) sugere, para além de fornecer novos rótulos, uma maneira alternativa de pensar os elementos do internacional e de estudá-los no campo de RI. A teoria como uma crítica se relaciona com o mundo real, mas não busca apenas entendê-lo como é, assumindo preocupações com as origens dessa realidade, ou seja, como o mundo veio a se tornar o que é. Isso vai adquirir

⁷ Para uma noção mais ampla sobre os cinco mitos principais, ver: <https://foreignpolicy.com/2011/10/11/the-myth-of-american-exceptionalism/>.

⁸ Vale destacar desde já que o aporte teórico deste trabalho não se limita ao trabalho crítico de Cox, usufruindo também de outras contribuições importantes para repensar a natureza do internacional e das relações que se passam em seu âmbito.

grande importância em Linklater (2007), que destaca essa utilização da teoria de uma forma mais abrangente do que aqueles que a utilizam como ferramenta. Segundo ele, o mundo não deve ser aceito de maneira inevitavelmente desigual, de modo que se pode utilizar a teoria tanto para compreender as desigualdades como para pensar uma base para a mudança. Essa argumentação se complementa com Cox (1981) quando este afirma que uma teoria precisa necessariamente provocar mudança social, ou seja, deve ter a mudança como intuito.

Temos aqui um desenvolvimento fundamental para questionar a centralidade do realismo nas produções acadêmicas de RI, uma vez que apresenta uma oposição à concepção da inevitabilidade histórica, ou seja, há uma rejeição à ideia de que a anarquia é indiscutível e natural ao funcionamento do sistema internacional. Restringir as teorias a esse entendimento implica resignação e impede o campo de evoluir na busca por novas alternativas e alterações na estrutura. Cox nos oferece um panorama geral sobre essa situação, atestando que existem teorias de soluções de problemas – focadas em procurar soluções para problemas específicos – e teorias críticas – que buscam alternativas para um determinado estado das coisas (Cox, 1981; Linklater, 2007).

É nessa construção que enfatizamos uma das primeiras críticas robustas que podem e devem ser atribuídas ao (neo)realismo, visto que se trata de teoria que não se propõe a pensar mudanças, restringindo-se a uma teoria de solução de problemas que, em última instância, tem por interesse apenas a reprodução da estrutura de dominância (Cox, 1981; Linklater, 2007; Vitalis, 2015). São frequentes as críticas a esse olhar mais cético, muitas vezes através de rótulos que vinculam a teoria crítica a certo idealismo – e até mesmo ao utopismo. Essas afirmações, não por acaso, mascaram a característica imperialista de grande parte das produções acadêmicas provenientes de Estados de mesmo caráter, e carregam consigo o intuito de enfraquecer as argumentações propositivas de uma alteração que, no limite, se opõe aos interesses da classe dominante (Vitalis, 2015).

Através desta realidade deturpada, a conferência realizada pela Rockefeller Foundation permitiu a “vitória teórica” do realismo e a consolidação de um consenso teórico no campo de RI (Guilhot, 2011; Vitalis, 2015; Zalewski, 1996). Por isso, ao pensar o cenário contemporâneo das teorias do campo, é imprescindível que existam esforços de inclusão de novas pautas que sejam capazes de contemplar novas perspectivas, realidades e elementos que antes eram voluntariamente omitidos. Basicamente, em um campo cuja teoria provém de uma dominação hegemônica estadunidense, fatores estruturais basilares como o racismo precisam passar a receber a devida atenção (Vitalis, 2015).

Em consonância com Vitalis (2015, p. 11), apreendemos que a ordem mundial emergente reflete a busca incessante dos brancos por novos mercados e força de trabalho de menor custo. Isso significa que, no que concerne à estrutura do sistema internacional e sua composição, o problema central se trata do imperialismo e das desigualdades provenientes da reprodução dessa lógica. As teorias *mainstream* que ganharam força após a conjuntura trabalhada (em especial após os anos 1950) reforçam e sustentam a reprodução de um consenso sobre essa dominação.

Diante do que foi exposto, notamos que a teoria crítica faz uma crítica válida à relação instrumental do (neo)realismo com a história, no sentido de que recorre a ela apenas para comprovar suas hipóteses e sustentar suas estruturas, sem flexibilidade. Logo, a história seria apenas um laboratório de testes. Ao recorrer ao marxismo e a Gramsci, a teoria crítica passa a olhar para a historicidade de forma crítica, possibilitando o entendimento de bloqueios estruturais que nos impedem de alcançar um mundo menos desigual. Ao aplicar esse novo paradigma teórico às preocupações concernentes ao campo de RI, podemos pensar, por exemplo, que o que impede os Estados periféricos latino-americanos de cessar os mecanismos da dependência é um bloqueio estrutural, que neste caso seria o próprio modo de produção

capitalista⁹. É nesse momento que se faz oportuno seguir para uma investigação dos pressupostos (neo)realistas que podem ser questionados pela teoria crítica, a fim de obter uma reflexão mais cética acerca da reprodução dessa estrutura no cenário atual.

Refinamento crítico: problematizando os pressupostos (neo)realistas

Na tentativa de problematizar certos pressupostos tomados como certos para diversos autores do campo de Relações Internacionais, faremos um questionamento acerca de sua validade no cenário contemporâneo e das consequências acarretadas por essas escolhas teóricas. Para os fins deste trabalho, examinaremos mais precisamente a construção clássica da teoria realista com base em Morgenthau (2003) e os esforços de aprimoramento posteriores de Waltz (1979). Nessa empreitada, para além da teoria crítica de Cox e Linklater trabalhada anteriormente, nos valem dos comentários de Baldwin (1993)¹⁰ acerca daquele que é considerado o terceiro grande debate das RI, o debate “neo-neo”.

Convém ressaltar, *a priori*, que a crítica aqui pretendida não busca questionar primordialmente a coesão interna das teorias elucidadas, mas se trata de uma crítica externa, que se dirige para fora do paradigma e questiona os pontos negligenciados pelas teses e sínteses dessa escola de pensamento, o que gera necessariamente consequências para a interpretação da “realidade” doméstica e internacional. Nessa seara, guiando-nos por intermédio dos “seis pontos focais” reconhecidos por Baldwin, podemos iniciar a problematização pretendida pelo conceito realista de anarquia, explorando sua natureza e consequências (Baldwin, 1993). Conforme Bull (2012) argumenta, existe ordem na anarquia, o que implica que ela não é isonômica, comportando a possibilidade de regras e de um conjunto de valores. Em outros termos, infere-se a existência de padrões na anarquia, em que, ao contrário da hierarquia – na qual predominam relações de subordinação –, há o predomínio de relações marcadas pela coordenação.

Logo, temos um indício de estrutura, elemento fundamental para o neorrealismo trabalhado por Waltz, não por acaso também conhecido como realismo estrutural. Nessa estrutura em específico, atribui-se relevância ao princípio ordenador, ao caráter das unidades e à distribuição das capacidades. O princípio ordenador, conforme exposto, se trata da anarquia, o que consequentemente incide em unidades que possuem soberania. As capacidades, por sua vez, não olham para o individual, mas para o relacional, ou seja, as interações são pensadas de modo a extrair qual será seu impacto nas posições relativas de cada ator, que são os Estados. Dentro dessa estrutura e em conformidade com os princípios neorrealistas, a anarquia leva ao equilíbrio de poder, e, portanto, trata-se de uma estrutura na qual é difícil haver mudanças, não é esperado que isso aconteça dentro desse ordenamento (Bull, 2012; Waltz, 1979).

Em conformidade com a teoria crítica aqui pretendida, e baseando-se largamente no marxismo, julgamos que tomar a anarquia como princípio ordenador da estrutura pode levar a um problema interpretativo, uma vez que o sistema internacional segue “uma hierarquização dos países capitalistas em forma piramidal” (Marini, 1974. p. 22), ou seja, existe um ordenamento em que há um gerenciamento das unidades por intermédio de uma hierarquia. É neste pressuposto que residem os sustentáculos da já citada “ignorância intencional” (neo)realista, que, ao reproduzir o discurso de que a mudança é inviável e a manutenção do *status quo* é natural à própria estrutura do sistema internacional, consegue viabilizar a reprodução desta lógica que se revela, em última instância, de caráter imperialista (Vitalis, 2015).

⁹ Esta é apenas uma exemplificação da forma como a teoria crítica nos possibilita ir além das constatações puramente comprobatórias da realidade.

¹⁰ Vale ressaltar que, em seu texto, o autor também se baseia nos estudos de diversos outros acadêmicos que se aprofundaram na teorização em pauta, expondo suas contribuições e ressaltando características de convergência e disputa entre eles.

Convém colocar em pauta uma discussão sobre o conceito de soberania do Estado. Para Waltz (1979), a soberania pode ser sintetizada como a capacidade equivalente das unidades de se proteger do outro; porém, à luz de autores de cunho crítico, podemos interpretá-la de uma forma diferente. Não pretendemos, aqui, fazer um estudo histórico detalhado do termo, o que nos traria como necessidade retornar ao período da Paz de Vestfália, que na literatura é apontada como marco do início da modernidade do sistema de Estados-nações dotados de soberania. Tomamos o conceito já na conjuntura contemporânea, com o intuito de remover certos postulados neorrealistas que mascaram ainda mais a conjuntura imperialista do sistema internacional e sua estrutura.

Ao realizar certas determinações sobre o Estado-nação capitalista, Osorio (2017) identifica um problema na equação “Estado igual a soberania”. Ao valer-se de um nível de análise que leva em conta a heterogeneidade econômica e estatal do sistema mundial, é possível depreender que certos poderes estatais passam a ser subordinados a outros dentro de um ordenamento que, em consonância com essas disparidades, entendemos como hierárquico. Portanto, Estados dependentes – termo tratado em grande medida na literatura marxista – são Estados sub-soberanos. Isso não significa dizer que esses Estados sub-soberanos sejam incapazes de exercer seu domínio político sobre sua população, o que continua acontecendo, mas anula a equivalência imediata de que um Estado formalmente independente é soberano e de que um Estado não soberano não tem capacidade de gerir seu poder político (Baldwin, 1993; Osorio, 2017).

Desse modo, verifica-se que a lente da teoria marxista nos permite olhar para a estrutura de maneira diferente, saindo da lógica meramente estatal e assumindo as classes como unidades de observação em meio a um sistema hierárquico que se desenvolve mediante seus conflitos: a luta de classes. Portanto, a anarquia e sua ausência de governo contrastam com a visão de que existe, na estrutura internacional, um tipo de ordenamento que segue um padrão determinado por Estados mais fortes, as nações conhecidas como imperialistas. Esta última afirmação incide também no segundo e no sexto pontos focais de Baldwin, “cooperação internacional” e “instituições e regimes”, respectivamente, demonstrando que, enquanto os neorrealistas se perguntam se as instituições ou regimes têm (ou não) a capacidade de produzir cooperação e/ou paz, estão sendo negligenciadas as observações sobre como essas instituições e regimes podem se tornar aparatos das nações que se colocam no topo da hierarquia para subjugar os Estados mais fracos, conhecidos como dependentes (Baldwin, 1993; Marini, 1974; Osorio, 2017).

Conforme já argumentamos, a opacidade dessas relações e a omissão da hierarquia operante e da sub-soberania de Estados dependentes são características fundamentais para a reprodução de uma ordem imperialista. A preponderância por teorias que privilegiam essa visão deturpada é, por consequência, um alicerce dessa estrutura de dominância. É nesse sentido, agora mais bem qualificado, que advogamos a importância da contribuição de Cox ao atribuir ao (neo)realismo a função de teoria conservadora da realidade. Em outros termos, ao afirmar que não há potencial de mudanças nessa estrutura, o realismo e sua teorização são utilizados para conservar o que há, replicando o mesmo equilíbrio de poder e estendendo a dominação da elite branca, majoritariamente falante de inglês e com posição privilegiada no sistema internacional (Cox, 1981, 1983; Vitalis, 2015; Zalewski, 1996).

É nesse sentido que o próprio ato de selecionar quem são as pessoas responsáveis por definir os caminhos a serem percorridos pelo campo, como no caso da reunião da Rockefeller Foundation, é uma forma de privilegiar uma visão em detrimento de outras, e consequentemente de elencar questões que são centrais para este ordenamento específico, excluindo as que são contrapostas a seus interesses (Guilhot, 2011; Zalewski, 1996). O sistema internacional, que para o neorrealismo é formado pela estrutura e por suas unidades de maneira co-constitutiva, pode nos levar a questionar quem são essas unidades e o que é essa estrutura. Ao tornar esses

elementos abertos, sem reconhecê-los previamente, podemos obter novas formas de compreender o internacional e explorar novas questões centrais para o campo.

Considerações finais

Diante do que foi apresentado, é notório que o ambiente acadêmico de Relações Internacionais e as suas respectivas teorias passaram por um momento de grande efervescência na conjuntura do pós-guerra/Guerra Fria. Nesse contexto, que também foi de suma importância para a consolidação do sistema internacional e suas hegemonias, as teorias de cunho realista ganharam grande destaque nos debates e produções da área. A concomitância desses fenômenos não é ocasional, uma vez que examinamos e caracterizamos a teoria (neo)realista – a qual consideramos *mainstream* – como um instrumento de dominação, ou seja, uma ferramenta por meio da qual certos teóricos legitimam a reprodução de uma lógica imperialista e a ação de mesmo caráter daqueles Estados reconhecidos como potências e superpotências, notadamente os Estados Unidos.

Articulando a noção gramsciana da qual a teoria crítica muito se vale, traçamos um panorama histórico-descritivo do campo de Relações Internacionais e também dos Estados Unidos para compreender a importância da ideologia enquanto ferramenta de consolidação de hegemonias. Por intermédio da ideologia, uma ordem social (e internacional) hierárquica e de dominação pode ser mantida sem mesmo transparecer apresentar essas características, o que facilita sua reprodução. Sustentada por meio de mitos e pela construção de consensos e de uma consciência comum que atribuam sentido para a atuação das superpotências, a estrutura hierárquica do sistema internacional passa a ser mascarada e obscurecida.

Para tanto, apontamos uma “ignorância intencional” entre os teóricos realistas, visto que julgamos as omissões e deturpações da realidade como parte da utilização ferramental da teoria, com o intuito de inviabilizar a possibilidade de mudança e tornar mais exequível a reprodução desta lógica. Esses elementos, assim como a anarquia, são construídos a partir de postulados que, como julgamos, não se corroboram, como a separação intrínseca da política nos estudos do campo. A partir de um olhar cético para o sistema internacional, pode-se perceber a forma como a própria construção da estrutura para o neorrealismo define leis e organizações sociais específicas a serem mantidas.

Ao incorporar uma perspectiva crítica baseada no marxismo, podemos explorar alternativas para contestar e desconstruir as narrativas dominantes, atestando inclusive uma estrutura hierárquica do sistema internacional e identificando alguns Estados como dependentes e sub-soberanos. Assim, ao alterar o foco analítico das unidades estatais para as dinâmicas de classe e para as disparidades econômicas globais – que não podem, como fazem os realistas, estar dissociadas por completo da política –, podemos notar como a anarquia obscurece as relações de poder assimétricas e como elas ocorrem, inviabilizando também sua alteração. Ademais, buscamos demonstrar a forma como a teoria crítica nos permite sair da utilização instrumental e descritiva das teorias para usufruir delas como uma crítica, oferecendo novas possibilidades no sentido de que olha para a história com um cunho materialista, ou seja, preocupado com as relações que se passam e interpretando-as de maneira a compreender suas origens e possibilidades de transformação.

Portanto, as abordagens críticas de Relações Internacionais nos oferecem não apenas uma análise mais profunda das estruturas de poder existentes, mas também propõem novas formas de pensar o sistema internacional. Ao desafiar os pressupostos realistas e neorrealistas, podemos promover uma reflexão mais densa e inclusiva sobre as dinâmicas globais, buscando caminhos para reduzir as desigualdades e promover um sistema internacional mais justo e equitativo. Essa crítica não se limita à mera desconstrução teórica, mas busca efetivamente contribuir para a mudança social e política necessária para enfrentar os desafios globais contemporâneos de maneira igualitária. Este trabalho, porém, não tem por intuito descrever um passo a passo para

a mudança, mas dar um passo atrás e fortalecer a compreensão de que incluir empreendimentos transformadores nas produções acadêmicas do cenário contemporâneo é imprescindível.

Referências

BALDWIN, David A. Neoliberalism, Neorealism and World Politics. *In*: BALDWIN, David A. (ed.) **Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate**. New York: Columbia University Press, 1993. p. 3-25.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica: um estudo da ordem na política mundial**. Brasília: Editora UnB, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

CARR, Edward H. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. Brasília: Editora UnB, 1981.

COX, Robert W. Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 12, n. 2, 1 jun. 1983.

COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

DUNBAR-ORTIZ, Roxanne. America's Founding Myths. **Jacobin**, 2014. Disponível em: <https://jacobin.com/2014/11/americas-founding-myths/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

FEARON, James D. Rationalist Explanations for War. **International Organization**, v. 49, n. 3, p. 379-414, 1995.

GUILHOT, Nicolas (ed.). **The Invention of International Relations Theory: Realism, the Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory**. New York: Cambridge University Press, 2011.

KARNAL, Leandro; PURDY, Sean; FERNANDES, Luiz E.; DE MORAIS, Marcus V. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.

LINKLATER, Andrew. **Critical Theory and World Politics: Citizenship, Sovereignty and Humanity**. London: Routledge, 2007.

MARINI, Ruy M. **Subdesarrollo y Revolución**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações**. Brasília: Editora UnB, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

OSORIO, Jaime. Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente. **Temporalis**, Vitória, v. 17, n. 34, p. 25-51, 2017.

VITALIS, Robert. **White World Order, Black Power Politics: The Birth of American International Relations**. Ithaca: Cornell University Press, 2015.

WALT, Stephen M. The Myth of American Exceptionalism. **Foreign Policy**, 11 out. 2011. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2011/10/11/the-myth-of-american-exceptionalism/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. Boston: McGraw-Hill Inc., 1979.

ZALEWSKI, Marysia. All these theories and the bodies keep piling up: theories, theorists, theorizing. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (ed.). **International Theory: Positivism and Beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 340-353.

Informações complementares

Descrição		Declaração
Financiamento		Não se aplica.
Aprovação ética		Não se aplica.
Conflito de interesses		Não há.
Disponibilidade dos dados de pesquisa subjacentes		O trabalho não é um <i>preprint</i> e os conteúdos subjacentes ao texto do manuscrito já estão disponíveis.
CrediT	Heitor Novelini da Cruz	Funções: conceitualização, análise formal, metodologia, escrita e revisão.

Avaliadores: Dr. Célio César de Aguiar Lima (Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil). O avaliador "A" optou pela avaliação fechada e pelo anonimato.*

Revisora do texto em português: Laura Akemi Côrtes Massunari.

Revisora do texto em inglês: Patrícia Luciano de Farias Teixeira Vidal.

Revisora do texto em espanhol: Graziani França Claudino de Anicézio.

* Optou pela avaliação aberta e autorizou a divulgação da identidade no trabalho publicado e do parecer na página da Revista.